

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL
PORTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2018

DENOMINAÇÃO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

MORADA Rua Dr. Américo Silva – Apartado 191

N. ANDAR LOCALIDADE Azurara

FREGUESIA Azurara

CONCELHO Vila do Conde

COD. POSTAL 4481-911

EM ____/____/____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Azurara

17/02/2019

Azurara

20/03/2019

ASSINATURAS

[Handwritten signatures]
Domingos Manuel
José António
José António P. Machado
Alberto da Silva Aguiar

ASSINATURA DO PRESIDENTE

[Handwritten signature]

Hélonia Silva Constante
Rodrigo José dos Santos Jesus

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

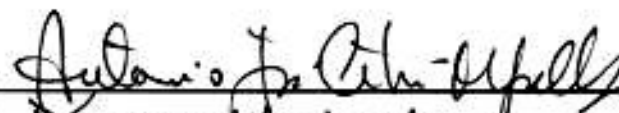
Contribuinte : 501538810

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 294 474,39	1 322 049,92
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	11.1	2 284,96	1 596,30
		1 296 759,35	1 323 646,22
Activo corrente			
Inventários	6	751,08	1 032,69
Créditos a receber	11.3	3 053,57	5 617,50
Estado e outros entes públicos	11.9	1 307,69	1 078,49
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.2	107,50	187,50
Diferimentos	11.5	1 662,94	1 630,83
Outros ativos correntes	11.4	453,99	101,86
Caixa e depósitos bancários	11.6	947 830,28	816 315,77
		955 167,05	825 984,64
Total do ativo		2 251 926,40	2 149 630,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.7	122 843,61	122 843,61
Resultados transitados	11.7	1 419 278,81	1 342 450,80
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	8/11.7	509 235,47	521 360,12
		2 051 357,89	1 986 654,53
Resultado líquido do período		108 692,02	76 828,01
Total dos fundos patrimoniais		2 160 049,91	2 063 482,54
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.8	944,59	2 085,61
Estado e outros entes públicos	11.9	10 904,14	9 888,93
Diferimentos	11.5	625,76	500,00
Outros passivos correntes	11.10	79 402,00	73 673,78
		91 876,49	86 148,32
Total do passivo		91 876,49	86 148,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 251 926,40	2 149 630,86

A Direção

Contabilista Certificado


 António José Luís de Fátima
 Domingos Gomes
 Tomás de Sá
 Justino Bento Pereira Machado
 Alberto da Silva Figueiredo
 Hénica Silva-Castanho
 Eduardo José dos Santos Gomes


 11/10/2018

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte 501538810

Moeda EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	223 051,35	201 812,00
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.11	390 890,48	372 624,15
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-27 445,07	-29 044,08
Fornecimentos e serviços externos	11.12	-77 505,28	-78 847,71
Gastos com o pessoal	9	-395 249,60	-379 251,63
Outros rendimentos	11.13/11.15	30 415,60	29 013,34
Outros gastos	11.14	-3 884,75	-5 376,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		140 272,73	110 930,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-31 580,15	-34 069,64
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		108 692,58	76 860,41
Juros e gastos similares suportados	11.15	-0,56	-32,40
Resultados antes de impostos		108 692,02	76 828,01
Resultado líquido do período		108 692,02	76 828,01

A Direção

Contabilista Certificado

António José António de Sá
 Domingos Gonçalves
 Fernando António
 Justino Tómeo Rezina Machado
 Alberto da Silva Azeredo
 Jónice Silva Cantanhaga
 Eduardo José dos Santos Gomes

[Handwritten signature]

Entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 501538810

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Pré-escolar	Irmandade	PERÍODOS	
					2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	121.513,01	100.694,34	644,00	223.651,35	201.812,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	6,9	-251.984,81	-170.709,86	0,00	-422.694,67	-408.395,71
Resultado Bruto		-130.471,80	-70.015,52	644,00	-199.043,32	-206.583,71
Outros Rendimentos	8,11,11,11,13,11,15	220.927,46	177.380,04	22.997,68	421.306,08	401.637,49
Gastos administrativos	4,5,11,12	-41.725,66	-51.735,23	-13.624,54	-109.085,43	-112.917,35
Outros Gastos	11,14	-255,15	-255,15	-3.174,45	-3.884,75	-5.336,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48.474,85	53.375,04	6.842,69	108.692,98	76.860,11
Gastos de financiamento (líquidos)	11,15	-0,28	-0,28	0,00	-0,56	-32,40
Resultado antes de impostos		48.474,57	53.374,76	6.842,69	108.692,92	76.828,01
Resultado líquido do período		48.474,57	53.374,76	6.842,69	108.692,92	76.828,01

Handwritten signature

Handwritten signature

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE AZURARA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		231 921,67	196 606,83
Pagamentos de apoios		-3 151,48	-4 988,68
Pagamentos a fornecedores		-112 446,13	-107 702,67
Pagamentos ao pessoal		-252 171,65	-241 013,52
Caixa gerada pelas operações		-135 847,59	-157 098,04
Outros recebimentos/pagamentos		258 306,88	249 691,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		122 459,29	92 592,96
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4 306,83	-4 306,83
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		1 905,07	3 235,77
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-2 401,76	-1 071,06
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		11 899,86	4 724,39
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-442,88	-911,43
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		11 456,98	3 812,96
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		131 514,51	95 334,86
Caixa e seus equivalentes no início do período		816 315,77	720 980,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		947 830,28	816 315,77

A Direção

Contabilista Certificado

António Luís Costa
Domingos António Marques
Fernando
Justino Roberto Pereira Machado
Alberto da Silva Figueiredo
Hélder Simões Costa
Rodrigo Pedro dos Santos

[Handwritten signature]

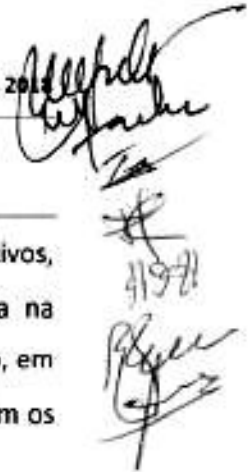
Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature at the top, a smaller signature below it, and the word 'Pessoa' written in the middle.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA

Anexo
Demonstrações Financeiras
2018

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	12
5	Ativos Intangíveis	12
6	Inventários	13
7	Rédito	13
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
9	Benefícios dos empregados	14
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
11	Outras Informações	15
11.1	Investimentos Financeiros	15
11.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
11.3	Créditos a receber	16
11.4	Outros ativos correntes	16
11.5	Diferimentos	16
11.6	Caixa e Depósitos Bancários	16
11.7	Fundos Patrimoniais.....	16
11.8	Fornecedores	17
11.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
11.10	Outros Passivos Correntes	17
11.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
11.12	Fornecimentos e serviços externos	18
11.13	Outros rendimentos e ganhos	18
11.14	Outros gastos e perdas	18
11.15	Resultados Financeiros	18
11.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	19
11.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	19



Handwritten signatures and dates in the top right corner, including a date '4/9/21' and several illegible signatures.

1 Identificação da Entidade

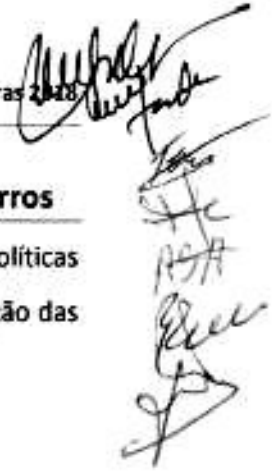
A "SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AZURARA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Instituição Particular de Solidariedade Social", registada na Direção-Geral da Ação Social no livro 2 das Irmandades da Misericórdia, folhas 26 e verso, em 19/09/1985, com sede na Rua Dr. Américo Silva - Apart.191, Azurara – Vila do Conde. Tem os seguintes objetivos:

- Promover a colaboração e o melhor entendimento com as autoridades e população locais em tudo que respeite à manutenção e desenvolvimento das obras sociais existentes, designadamente através de atuações de caráter dinamizador, cultural e recreativo;
- Apoio à família e a proteção à infância e à velhice, através da criação e manutenção de Lares, Centros de Dia, Creches e Jardins de Infância e serviço domiciliário;
- Promoção e proteção da saúde.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI).



3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas. As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual), independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

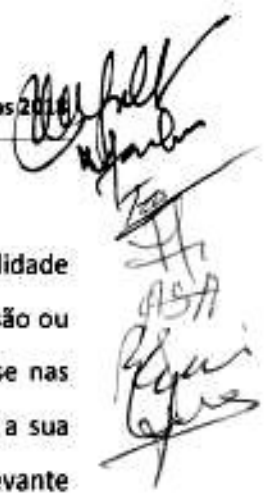
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas Demonstrações Financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

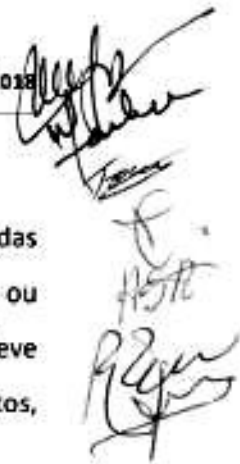
A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.



3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas Demonstrações Financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas Demonstrações Financeiras se respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período em cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Ferramentas e utensílios	4
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador. Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os Instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando adições, abates e alienações, depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Terrenos e recursos naturais	154.128,55				154.128,55
Edifícios e outras construções	1.462.421,78				1.462.421,78
Equipamento Básico	95.846,86	1.562,08			97.408,94
Equipamento de Transporte	22.650,00				22.650,00
Equipamento Administrativo	4.260,71	1.541,07			5.801,78
Equipamento Informático	6.806,07	901,47			7.707,54
Ferramentas e utensílios	1.875,92				1.875,92
Outros ativos fixos tangíveis	28.462,87				28.462,87
Ativo Tangível Bruto	1.776.452,76	4.004,62	0,00	0,00	1.780.457,38
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	299.794,30	28.488,84			328.283,14
Equipamento Básico	92.940,27	1.772,89			94.713,16
Equipamento de Transporte	22.650,00				22.650,00
Equipamento Administrativo	3.580,90	366,17			3.947,07
Equipamento Informático	5.845,28	613,22			6.458,50
Ferramentas e utensílios	1.505,06	134,03			1.639,09
Outros ativos fixos tangíveis	28.087,03	205,00			28.292,03
Depreciações Acumuladas	454.402,84	31.580,15	0,00	0,00	485.982,99
Ativo Tangível Líquido	1.322.049,92	-27.575,53	0,00	0,00	1.294.474,39

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando adições, abates e alienações, amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Programas de computador	5.762,32				5.762,32
Ativo Intangível Bruto	5.762,32	0,00	0,00	0,00	5.762,32
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	5.762,32				5.762,32
Depreciações Acumuladas	5.762,32	0,00	0,00	0,00	5.762,32
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.129,26	19.841,42	9.106,09	1.032,69	22.461,35	4.702,11	751,08
Total	1.129,26	19.841,42	9.106,09	1.032,69	22.461,35	4.702,11	751,08
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				29.044,08			27.445,07

7 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços	223.051,35	201.812,00
Quotas de utilizadores	222.207,35	200.810,50
Quotas e joias	844,00	1.001,50
Outros Réditos	1.905,07	3.235,77
Juros e rendimentos aplicações financeiras	1.905,07	3.235,77
Total	224.956,42	205.047,77

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2018			31-12-2017		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	372.961,23	0,00	0,00	356.444,31
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	1.327,28	0,00	0,00	335,36
C M Vila Conde	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
PARES (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	292.874,15	0,00	6.973,19	299.847,34	0,00	6.973,19
DREN (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	211.680,00	0,00	5.040,00	216.720,00	0,00	5.040,00
C M Vila Conde (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	4.681,32	0,00	111,46	4.792,78	0,00	111,46
TOTAL		509.235,47	0,00	386.413,16	521.360,12	0,00	370.904,32

9 Benefícios dos empregados

O número de membros dos Órgãos Diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foram de "13". No período de 2018 mantiveram-se os Órgãos eleitos para o quadriénio 2016/2019, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Ventura Alberto Silva Saraiva;
 Vice-Presidente – Ana Paula Felgueiras Andrade;
 Secretário – Joana Isabel Lapa Cunha Freitas.

Mesa Administrativa

Provedor – António José da Costa e Silva de Magalhães;
 Vice-Provedor – Domingos António Salgado Machado;
 Secretário – Tomás Manuel Magalhães Costa e Silva;
 Tesoureiro – Justino Torcato Pereira Machado;
 1º Vogal – Alberto da Silva Azevedo;
 2º Vogal – Joaquim da Silva Maia;
 3º Vogal – Eduardo José Santos Ferreira.

Conselho Fiscal

Presidente – António Luís Maia de Freitas;
 Vice-Presidente – António Gomes de Araújo;
 Secretário – Maria Alice Ferreira Carneiro.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foram de "26" e em 31/12/2018 foram de "27".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	314.352,59	303.921,54
Indemnizações	3.326,00	1.321,36
Encargos sobre as Remunerações	69.721,95	67.499,92
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	3.252,83	3.501,31
Outros Gastos com o Pessoal	3.388,74	2.256,30
IEFP – Estagiários (CEI/CEI+)	1.207,49	751,20
Total	395.249,60	379.251,63

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2018 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
2	Apoio ao Culto e Atividades Religiosas	520
7	Zeladora da Igreja	500
3	Zeladora da Capela Passos	150
3	Apoio/Manutenção no Jardim Escola	160
3	Apoio social e educativo no Jardim Escola	550

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

No período de 2018 e 2017 a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	2.284,96	1.596,30
Total	2.284,96	1.596,30

11.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Quotas	107,50	187,50
Total	107,50	187,50

11.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	3.053,57	5.617,50
Total	3.053,57	5.617,50

11.4 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Entidades do Setor Público Administrativo - IEPF	453,99	101,86
Total	453,99	101,86

11.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.662,94	1.650,83
Total	1.662,94	1.650,83
Rendimentos a Reconhecer		
Rendas recebidas antecipado	500,00	500,00
IEFP	125,76	0,00
Total	625,76	500,00

11.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	178,99	245,84
Depósitos à ordem	102.704,55	173.028,26
Depósitos a prazo	844.946,74	643.041,67
Total	947.830,28	816.315,77

11.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	122.843,61	0,00	0,00	122.843,61
Resultados transitados	1.342.450,80	76.828,01	0,00	1.419.278,81
Outras variações nos fundos patrimoniais	521.360,12	0,00	12.124,65	509.235,47
Total	1.986.654,53	76.828,01	12.124,65	2.051.357,89

11.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	944,59	2.085,61
Total	944,59	2.085,61

11.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.307,69	1.078,49
Total	1.307,69	1.078,49
Passivo		
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	2.765,75	2.323,75
Segurança Social	8.081,94	7.512,72
Fundo Compensação do Trabalho	56,45	52,46
Total	10.904,14	9.888,93

11.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamentos de clientes e utentes	0,00	6.247,22	0,00	20,83
Pessoal - Remunerações	0,00	2,97	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	12.920,50	0,00	17.227,33
Credores por acréscimo de gastos	0,00	60.231,31	0,00	55.549,47
Entidades do Setor Público Administrativo	0,00	0,00	0,00	876,15
Total	0,00	79.402,00	0,00	73.673,78

11.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios das Entidades Públicas	374.288,51	358.779,67
Doações e heranças - Donativos	16.601,97	13.844,48
Total	390.890,48	372.624,15

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	26.697,12	28.803,81
Materials	3.149,12	4.087,97
Energia e fluidos	16.023,28	15.957,15
Deslocações, estadas e transportes	1.984,10	2.079,04
Serviços diversos	21.170,32	23.781,31
Encargos com utentes	8.481,34	4.138,43
Total	77.505,28	78.847,71

11.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros rendimentos e ganhos	28.510,53	25.777,57
Rendimentos Suplementares	120,00	60,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	14.553,74	13.242,37
Outros rendimentos e ganhos	13.836,79	12.475,20
Juros e rendimentos similares	1.905,07	3.235,77
Juros obtidos	1.905,07	3.235,77
Total	30.415,60	29.013,34

11.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	150,30	12,16
Outros Gastos e Perdas	2.375,00	4.525,00
Apoios concedidos a associados e utentes	1.359,45	838,86
Total	3.884,75	5.376,02

11.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,56	32,40
Total	0,56	32,40
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.905,07	3.235,77
Total	1.905,07	3.235,77
Resultados Financeiros	1.904,51	3.203,37

11.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano 2018, foi a seguinte:

Creche – 66 utentes;

Pré-Escolar – 72 utentes.

11.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Azurara, 31 de Dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção

